

BREVE PANORAMA DA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL ANGOLANA

Jane Tutikian

Resumo: Este artigo busca traçar um breve panorama da literatura infantil e juvenil a partir do colonialismo, no qual o embrião começa a se desenvolver em *As aventuras de Nungunga*, de Pepetela, e *A montanha do Sol*, de Maria Eugênia Neto. O texto base utilizado neste trabalho é o de Maria Celestina Fernandes, angolana, sendo ela mesma escritora de literatura infantojuvenil, com uma obra expressiva, e que vem, portanto, de dentro do próprio sistema literário, construindo esta história. A história da literatura infantil e juvenil de Angola. O resultado parcial deste trabalho é a observação do dismantelamento do sistema literário angolano no que diz respeito ao jovem leitor.

Palavras-chave: Angola. História. Literatura Infantil. Jovens leitores.

Abstract: This article seeks to trace a panorama of children's and youth literature from colonialism, where the embryo begins to develop in *As aventuras de Nungunga*, by Pepetela, and *A montanha do Sol*, by Maria Eugênia Neto. The basic text used in this work is that of Maria Celestina Fernandes, an Angolan writer of children's literature with a significant number of books, who comes, therefore, from within the literary system itself, building this history. The history of children's and young adult literature in Angola. The partial result of this work is the observation of the dismantling of the Angolan literary system with regard to young readers.

Keywords: Angola. History. Children's Literature. Young readers.

Uma visada geral no panorama da literatura angolana nos leva a 1949, quando Castro Soromenho lança *Terra Morta* (1979), marcando o arranque da literatura do país, sob a influência do Neo-Realismo, através de uma literatura de denúncia aos postos administrativos implantados pelos portugueses, conforme determinado pelas Conferências de Berlim (1885).

A chegada do branco para colonizar a terra obedeceu a um processo de destruição da cultura do outro, ou seja, a *superposição cultural*, o abafamento, pela proibição da cultura autóctone. *Terra Morta* é a análise da agonia de uma povoação em que se instala um Posto Administrativo: Camaxilo.

De acordo com Robson Dutra (2010), em perspectiva diacrônica, Soromenho descreve, em *Terra Morta*, a decadência do sistema colonial metonimizado no fracasso dos colonos em meio à crise mundial ocorrida durante as décadas de 20 e 30 do século XX. A queda da cotação da borracha no mercado internacional ocasiona a bancarrota desses colonos, alguns deles conhecidos como “brancos de segunda” por terem nascido na África. A oposição racial descrita neste romance e nos demais da trilogia abarca a existência, naquela sociedade, de brancos, negros e mestiços, todos envolvidos por um nível crescente de apatia biológica e social.

A atmosfera reinante em Camaxilo é permeada pelo gás tóxico e imperceptível que ameaça e explode as minas. A questão social torna-se, deste modo, o fio condutor da trama, que se ocupa ainda em evidenciar fissuras nos segmentos sociais que compõem a narrativa.

Os brancos, senhores de uma terra à deriva, são tomados por uma situação alienante. Apresentam-se estáticos,

parados de pé ou sentados defronte de suas lojas, descalços e barbados à espera dos raros clientes que sustentam seus negócios. Irremediavelmente afastados da vida em Portugal, acabam por casar com mulheres nativas, dando, com isso, origem a uma descendência mestiça que lhes garante mão-de-obra gratuita e a perpetuação das relações imperialistas.

Seus filhos assimilam elementos culturais advindos da herança materna que se dá na evocação dos mitos angolanos, os quais entram em conflito com a necessidade premente de “embranquecimento”, ou seja, de atingirem um status semelhante ao de seus pais e da cultura lusitana. Deles herdamos, sobretudo, o tom de pele que, no entanto, não lhes livra o acesso ao universo dos brancos e que, por diversas vezes, interdita seu pleno relacionamento com os outros negros.

Estes, por sua vez, são vítimas ainda de um sistema de desigualdade social que, pela técnica de zoomorfização, trata os africanos como animais, os limita ao universo escravocrata, às relações entre Portugal e África. Os cipaios, negros a serviço dos brancos, criam fissuras na estrutura social por serem os responsáveis pela manutenção da ordem que o serviço e a necessidade de produção impõem, e que é metonimizada pelo chicote que manipulam.

Criam, assim, um distanciamento de seus pares raciais, o que os leva a uma situação de estagnação: a natureza de seu trabalho não lhes abre, absolutamente, o universo dos brancos, que os despreza, e fomenta o ódio racial por parte de outros negros, que os renegam. Este estilhaçamento se repete também na substituição de sobas imposta pelos portugueses. Líderes dos diversos kimbos angolanos e eleitos pela ancestralidade nacional, foram, desde os primórdios da colonização, despojados da hierarquia primordial que possuíam em favor de outros de sua raça que atendiam aos ideais colonialistas e favoreciam a penetração lusitana.

Esse era o panorama; entretanto, na década de 40 do século passado, há uma mudança importante de cenário. Com a queda da borracha e a subida do café na bolsa, surgem as primeiras fortunas angolanas. O café era plantado por mulheres. Isso transforma o cenário, os portugueses – como Portugal entra na recessão – e os brancos correm para as colônias em busca de fazer dinheiro. Carlos Ervedosa vê assim a então colônia:

Estamos no período próspero do pós-guerra. Sobem vertiginosamente as cotações dos produtos tropicais, em especial o café, que dá origem às primeiras fortunas de Angola. Impelidos pela ambição duma vida melhor, gentes que barcos abarrotados despejam de Portugal seguem os mais variados rumos

em busca da realização dos seus sonhos de ventura. A cidade cresce rapidamente, desenvolve-se, os velhos palácios seculares, as casas de adobe e zinco, os quintalões de goiabeiras e gajadeiras com pássaros cantando nos seus ramos dão lugar a novas construções, são derrubadas as antigas acácias e mulembas que enchem de sombra e poesia as ruas da cidade, enquanto o cinzento-escuro do asfalto vai progressivamente conquistando o leito das velhas e novas artérias. As pitorescas quitandeiras de panos garridos e quinda à cabeça com fruta gostosa – cajus, mangas, maboques, pitangas e goiabas... – vão desaparecendo das ruas com os seus alegres pregões: - Minha senhora, laranja, / limão fresquinho, caju, ananaz, abacate! (ERVEDOSA, 1963, p 30)

Este é um momento fundamental dentro do processo de colonização. Com o dinheiro, os angolanos mandam seus filhos para estudar na metrópole. Lá, eles criam as casas dos estudantes. Por ideia de Salazar, as casas são unidas, dando origem à Casa dos Estudantes do Império. A ideia, efetiva de Salazar era a de criar uma elite colonial, que voltaria para casa e cumpriria a crença no orgulho português. Acontece exatamente o contrário. Jovens entram em contato com outras ex-colônias, e cresce entre eles a ideia de independência.

É ao “Movimento dos Novos Intelectuais”, que utiliza como lema “Vamos descobrir Angola”, que se deve a grande

revolução da sociedade colonial em fins da década de 40, colocando-se contra o assimilacionismo e a alienação a partir da descoberta da verdadeira Angola. “Vamos descobrir Angola” representa, neste momento, a expressão da necessidade de afirmação do povo. É, então, que se cria a *Mensagem- a voz dos naturais de Angola*, em 1951, que, denunciando a opressão, a aculturação, a marginalização social, seria agente do renascimento de Angola ao proclamar o sentimento de angolanidade, um sentimento libertador. E, em sua segunda fase, angolanizar e reafricanizar.

Quer dizer, tanto em Portugal, com a Casa dos Estudantes do Império (CEI), como em Angola, com o Movimento dos Novos Intelectuais, se vai construindo um sentimento forte de angolanidade e, conseqüentemente, de desejo independentista.

O lema “Vamos descobrir Angola” foi lançado por um grupo de estudantes do liceu em Portugal, entre os quais Viriato da Cruz é o formulador de ideias que têm várias leituras, pode-se dizer: vamos descobrir as nossas raízes, as nossas origens culturais, ou vamos construir a ideia da nação Angola, que reunia uma quantidade de povos linguisticamente diferenciados, com grande diversidade cultural. Vamos nos conhecer e vamos criar a identidade, criar a unidade do ponto de vista cultural.

A literatura desse período é caracterizada pela riqueza e disponibilidade do vocabulário das línguas locais. Ela serviu ao florescimento de uma literatura baseada em mitos e lendas, contos, provérbios, enigmas, poemas. Em Angola, o Kimbundo, em Moçambique, o Ronga, em Cabo Verde, o Crioulo de Cabo Verde (com distinções entre as ilhas), na Guiné, o crioulo da Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, santome, lung'le e angolare o kabuverdianu. Todos, com maior ou menor felicidade, se alimentam de um só tema: a opressão colonial, o engajamento político.

Em termos de produção, em 1951, é publicado o boletim literário angolano *Mensagem*, sob a responsabilidade do departamento cultural da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA) e, em Coimbra, é publicado um boletim similar, denominado *Meridiano*. São páginas copiografadas, segundo Ervedosa (1963), no qual uma grande parte da nova geração literária angolana vai prosseguir a sua caminhada depois dos primeiros passos dados *O Estudante* e *Padrão*, jornais do Liceu de Luanda e do Lubango. O ensaísta vai mais longe na identificação das influências ao comentar que grande parte deles é fortemente impressionada por correntes neo-realistas da literatura, do cinema e da pintura, triunfantes no pós-guerra, e mais tarde não só pela descoberta da negritude, que desde 1935 vinha sendo propugnada por

Senghor e Césaire, mas também pelo exemplo dos escritores negros norte-americanos, como Richard Wright, Contee Cullen e Langston Hughes, e do Cubano Nicolas Guillén.

A revista literária *Mensagem* foi um dos mais importantes projetos ANANGOLA. Viriato da Cruz e Mário Alcântara Monteiro (1952-1953), dirigiam o departamento cultural e lançaram a corrente cultural “Novos Intelectuais de Angola”, nacionalistas que mais tarde abandonam a ANANGOLA por não concordarem com as suas estratégias políticas.

A Liga Nacional Africana (LNA) pretendia “reunir os africanos do Cabo ao Cairo”.

Na década de 50, um grupo de estudantes e intelectuais oriundos das colônias portuguesas fundou um Centro de Estudos Africanos (CEA, 1950-1954). São seus fundadores Agostinho Neto, Francisco-José Tenreiro, Alda do Espírito Santo, Noémia de Sousa, Amílcar Cabral e Mário de Andrade. Para citar Mário de Andrade, os objetivos do Centro de Estudos Africanos eram “racionalizar os sentimentos de se pertencer a um mundo de opressão e despertar a consciência nacional através de uma análise dos fundamentos culturais do continente” (apud SERRANO, 1991).

Havia também reuniões informais entre diversos intelectuais africanos fora do quadro da Casa dos Estudantes

do Império, no início da década de 50, principalmente nos salões literários da Tia Andreza, em Lisboa. Como a Casa, era um espaço de troca de ideias, de debates e discussões, de apresentação daquilo que cada um sabia, palestras, poemas, estudos, e que permitiu a aproximação de gerações e a transmissão de um caldo de cultura em vias de se perder (ROCHA, 2002). Edmundo Rocha adianta no seu estudo que este processo de redescoberta do eu, de regresso às fontes, de reafirmação, que alguns apelidaram “negritude”, era a continuação de uma busca idêntica, no princípio do século XX, realizada também por intelectuais africanos, em Lisboa, a que se chamou nativismo (2002).

Foram várias as gerações que imprimiram um cunho histórico à Casa dos Estudantes do Império (CEI), um oásis de democracia e de liberdade numa sociedade obscurantista e repressiva. Edmundo Rocha fala de duas gerações: a dos mais velhos, que chegou à metrópole nos anos de 48-50, compreendeu nomes importantes como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Francisco José Tenreiro, Lúcio Lara, Marcelino dos Santos e a geração dos mais novos, que, a partir de 1954, surge na CEI, “uma nova geração de estudantes africanos, angolanos na sua maioria, a nova vaga, que iria imprimir um espetacular dinamismo às atividades

sócio-culturais e um caráter vincadamente nacionalista e progressista à ação de mobilização política, recusando a militância nos partidos e movimentos da Oposição portuguesa” (ROCHA, 2002, p. 87). Mais concretamente sobre o impulso que prestou em relação aos projetos culturais, interessa registrar que, impulsionados por Carlos Ervedosa, Fernando Costa Andrade, António Tomás Medeiros e Fernando Mourão, levaram a cabo “a publicação de obras de escritores e de poetas originários das colônias portuguesas como Agostinho Neto, Alda Lara, Corsino Fortes, Pepetela, Gabriel Mariano, Alda Espírito Santo e outros, obras clássicas de Luandino Vieira, José Craveirinha, e Ovídio Martins [...]” (2002, p. 87), obras que representam um repositório das literaturas africanas de expressão portuguesa, de grande importância histórica e constituíram mensagens determinantes para a tomada de consciência nacionalista da juventude africana em Portugal e nas colônias”.

Em 1957, surge no panorama literário a revista *Cultura*, no momento que fecharam as portas da ANANGOLA e inclui na sua publicação vários textos dos jovens António Cardoso, Henrique Abranches, Henrique Guerra e José Luandino Vieira.

Em termos de publicação de livros, é de realçar que, em 1949, é publicado o romance *Terra Morta* de Castro

Soromenho. Em 1953, os escritores Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro compilam a primeira *Antologia de Poesia* e publicam o volume intitulado *Poesia*; graças a isso, o jornal *O Brado Africano* (1952-53) faz sair o primeiro artigo sobre o político e poeta Agostinho Neto.

Apesar de toda a repressão desencadeada a partir de 1961, um outro grande boom editorial acontece nos anos de 1968 com *Tempo de Munhungo* de Arnaldo Santos, de 1969 com *As Idades de Pedra* de Cândido da Velha, e de 1971 com *Vinte Canções para Ximinha* de João Maria Vilanova e *Bom Dia* de João Abel, os três últimos de poemas.

Em termos editoriais, pode dizer-se que 1968-1974 é um período cuja dinâmica cultural e política, com a distribuição de panfletos nos grandes centros urbanos, anunciava a pré-independência.

Mesmo que tenha sido um projeto cultural “Vamos descobrir Angola” começa a projetar aquilo que vai ser Angola. Quer dizer: associa-se ao movimento cultural o projeto político. E assim nascem os primeiros programas de movimentos políticos clandestinos, da nacionalidade. Os princípios unitários do projeto político do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ainda nos anos 1960, encerram em si uma perspectiva federativa da nação.

Entretanto, ao decorrer da luta armada e o desenvolvimento do etno-nacionalismo, sobretudo o desenvolvimento de alguns como a União das Populações de Angola (UPA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), voltamos aos anos 1960, ao programa mínimo do MPLA de 1960 ou 1961. Afirma-se no programa diversos itens relativos a unidade da nação após a independência completa, que só se veio dar em 1975:

1 – Garantir a igualdade a todas as etnias de Angola e reforçar a união e ajuda fraterna entre elas.

2 – Interdição absoluta de todas as tentativas de divisão do povo angolano.

3 – Criação de condições para que regressem a Angola e tenha nela uma vida decente as centenas milhares de angolanos que foram cruelmente obrigados pelo regime colonial a sair do país.

4 – Poderão ser autônomas as regiões onde as minorias nacionais vivam em agrupamento denso e possuam um caráter individualizado.

5 – Cada nacionalidade ou etnia terá o direito de utilizar e desenvolver a sua língua, de criar a escrita própria e de conservar ou renovar o seu patrimônio cultural.

6 – No interesse de toda nação angolana suscitar e desenvolver a solidariedade econômica e social assim como as relações normais nos planos econômicos, sociais e culturais entre todas as regiões autônomas e todas as nacionalidades e etnias de Angola.

7 – Libertar de circulação de todos os cidadãos angolanos através de todo território nacional.

Este foi o programa que animou muita gente nos anos 60, mas durante a luta armada e com o surgimento de novos partidos surgem obstáculos, e nos anos 63 o MPLA apresenta um novo programa político que já não é o mesmo de 61/62.

1. Garantir a unidade de todos os angolanos e reforçar a união e a ajuda fraterna.
2. Opor-se absolutamente a toda a tentativa de divisão de povo angolano.
3. Criar condições que prevê o regresso ao país de todos os angolanos.
4. Cada etnia terá o direito de utilizar a sua língua e criar a sua própria escrita.
5. No interesse da nação angolana suscitar e desenvolver a solidariedade econômica social e cultural.
6. Garantir a liberdade de circulação de todos os cidadãos angolanos. (SERRANO, 1991)

Não se fala ainda, nesta época, em literatura infantil e juvenil africanas, embora já exista em plena Segunda Guerra colonial a preocupação com analfabetismo. Os guerrilheiros dividiam-se em vários “ departamentos” e, um deles era o que alfabetizava os guerrilheiros. Foi nessa posição que Pepetela publicou *As aventuras de Ngunga*, como cartilha, como material de alfabetização.

O livro *As Aventuras de Ngunga* (1972), de Pepetela, é um texto precursor da literatura infantojuvenil angolana. Mais de uma década depois, surge *A Montanha de Sol* (1989) um pequeno texto de seis páginas, escrito em letra de tamanho grande, com ilustrações da artista plástica angolana, radicada em Portugal, Filomena Coquenão. Ambos estão na linha de frente na produção infantojuvenil. A porta está aberta para a produção de livros para o jovem leitor.

Contudo, não percamos de vista que uma das maiores preocupações das chefias da guerrilha nas zonas libertadas do MPLA era a alfabetização do povo *Aventuras de Ngunga* (PEPETELA, 1972, p. 25, 32, 68), e que o livro de Pepetela destinava-se indistintamente ao ensino de crianças e adultos. Ora, embora se tratando de uma narrativa mais extensa, ela é escrita de uma forma bastante simples e clara, com capítulos curtos, de uma a duas páginas, estrutura que parece ser propositadamente preparada para ministrar as lições, como se cada capítulo se destinasse ao sumário de uma aula.

Segundo Fernandes, “pelo facto dos dois livros terem sido escritos no decorrer da guerra colonial, em que a educação era uma prioridade nas zonas libertadas e a ideologia marxista a orientadora, eles apresentam similitudes nesta óptica. Ambos são apelos revolucionários” (2018, s.p.).

Combatente, militante pelo MPLA, Pepetela durante o auge do processo de Independência de Angola publicou diversas obras durante o período da Guerra Civil Angolana (1975-2002), entre elas o seu livro de estreia, *As Aventuras de Ngunga*.

As Aventuras de Ngunga começa a carreira literária de Pepetela. Produzido no contexto de luta pela independência de Angola contra o domínio luso, a obra reflete os anseios revolucionários do autor ainda no fim dos anos 1960. Direcionado inicialmente a um grupo de amigos universitários, a obra expressa um franco didatismo e descortina uma série de aspectos das tradições, do rigor do jugo colonial e psicológico, no contexto de que trata.

Nossa Luta é um guerrilheiro que cuida de Ngunga a partir do momento em que o jovem ficou órfão com o assassinato dos pais; Kafuxi é um dos chefes de família de um kimbo que acaba por encarnar o egoísmo das pessoas que teimam em não auxiliar a guerrilha, pensando apenas em si mesmos e não em um propósito maior; Mavinga é um dos comandantes da guerrilha armada; União, um sábio professor e Uassamba, moça da idade de Ngunga casada com um homem muito mais velho.

Utilizando narrador em terceira pessoa e o foco narrativo posto sobre o cotidiano de Ngunga em seu trajeto pelo

interior do país, é permitido ao leitor acompanhar sua vida a trajetória, quer dizer, coloca o mundo de Ngunga diante do leitor. A floresta, a vida dura dos camponeses, a organização dos kimbos, cujos habitantes se dedicam a agricultura e a caça, a vida dura na guerrilha, a corda bamba constante a que os combatentes, entre a vida e a morte, bem como os costumes da nação.

De tempo primordialmente cronológico, a novela se passa ao longo de algumas semanas, da ida de Ngunga ao posto, bem como da sua peregrinação por diversos kimbos, sua prisão e libertação. Interessante notar, sobretudo, a clareza da linguagem de Pepetela em abordar os temas que propõe, bem como a busca em mostrar, sem rodeios, na perspectiva de uma jovem criança, os meandros das relações humanas, o multifacetado do psicológico de seus personagens, além claro de um inegável convite à luta pela libertação de sua nação de origem.

Ngunga vive as dificuldades, as barbaridades trazidas pelos colonizadores, o que aparece de imediato 1º capítulo, quando Ngunga é apresentado:

Ngunga é um órfão de treze anos. Os pais foram surpreendidos pelo inimigo, um dia, nas lavras. Os colonialistas abriram fogo. O pai, que era já velho, foi morto imediatamente. A mãe tentou fugir, mas

uma bala atravessou-lhe o peito. Só ficou Mussango, que foi apanhada e levada para o Posto. Passaram quatro anos, depois desse triste dia. Mas Ngunga ainda se lembra dos pais e da pequena Mussango, sua irmã, com quem brincava todo o tempo. (PEPETELA, 1979, p. 8)

Com a morte dos pais, Ngunga ficou sozinho no mundo e recebeu abrigo do comandante Nossa Luta, isso, na secção de guerrilha. Entretanto, pouco tempo depois, o Comandante foi transferido e o menino, pelas circunstâncias e pelo contexto em que está inserido, é obrigado a crescer rapidamente e a tornar-se um guerrilheiro. Nu, passou a andar pelos vários kimbos de guerrilha. Foi como conheceu todos os tipos de gente, disparou, matou e apoderou-se de armas do colono, apaixonou-se, desiludiu-se.

Passando de Kimbo em Kimbo, de conhecimento em conhecimento, de decepção em decepção, Ngunga dizia que queria ver o mundo, “mas a verdade ele não dizia” (PEPETELA, 1979, p. 22), o que ele efetivamente procurava era saber se em toda a parte os homens são iguais, só pensando neles. E sua conclusão foi que os homens bons eram apenas aqueles que ainda tinham algo de criança dentro de si como o professor União, que acabou também por perder.

Então, apaixonou-se por Uassamba, um amor impossível porque ela já estava casada com um velho que pagara o

alembamento à família, revoltado, perguntou “porque o mundo era assim? Tudo o que era bonito, bom era oprimido, esmagado, pelo que era mau e feio” (PEPETELA, 1979, p. 75). Mas, apesar da maldade dos homens, ainda assim Ngunga descobriu neles um alento “[...] bons ou maus, todos tinham uma coisa boa: recusavam ser escravos, não aceitavam o patrão colonial” (PEPETELA, 1979, p. 56-58).

Finalmente Ngunga acabou dando razão ao comandante Mavinga que lhe dizia que um homem só podia ser livre se deixasse de ser ignorante. Mudou de nome, um segredo que ficou só com ele e a mulher por quem teve o amor impossível, e partiu em busca de conhecimento para se tornar homem livre. E no anonimato se perdeu.

As Aventuras de Ngunga, de Pepetela, é, na verdade, um chamamento à luta de libertação, ao estudo e à conscientização para o dever de colocar o bem coletivo acima de tudo.

A obra *A Montanha do Sol*, por sua vez, de Maria Eugénia Neto, também foi escrita durante a guerrilha, mas esta apenas foi publicada pela primeira vez em 1989 pelo Centro de Bem-Estar Infantil de Alverca (CEBI).

A fúria do vulcão que se acendeu durante a tempestade que assolou uma aldeia impediu as pessoas de saírem de

casa durante vários dias, particularmente as crianças que nem podiam pôr o narizinho fora da janela, levando todos ao desespero (NETO, 1988, p 2).

Depois da tempestade veio à bonança e do vulcão emergiu uma montanha que pediu para lhe chamarem Welgénia (NETO, 1988, p. 1-5). Welgénia que é a junção de Welvitchia, nome da flor do deserto da Namibe, mais Eugénia: “significa abraço entre todos os homens. Amor entre todas as crianças, progresso e uma vida melhor” (NETO, 1988, p. 6).

Na verdade, a autora enuncia os problemas que são do povo, a falta de liberdade e a necessidade de mudar a vida. E o bom tempo, o sol que voltou a brilhar, fez com que tudo na aldeia se tornasse bonito, desde os telhados, às ruas e os campos depois da tempestade, que para as pessoas pareceu ter acontecido de repente. Esse pensamento foi contradito por uma voz, saída do vulcão, que afirmou que as coisas não tinham se refeito tão de repente, tinham levado o seu tempo (NETO, 1988, p. 5).

A aldeia simboliza o “sacrifício colectivo, não obstante a privação momentânea, se reverte em bem colectivo de duração indeterminada” (MONIZ, 2007, p. 60). A montanha Welgénia, simboliza, pois, progresso e esperança: “Eu sou a

ciência da vida! Sou o amor no planeta, sou a paz para as gerações futuras, sou a luz da compreensão que banirá os preconceitos antigos... Welgénia é o meu nome!” (NETO, 1988, p. 6).

Ambas as narrativas, conclui Fernandes (2018), visavam formar e informar as futuras gerações para as questões do presente e a perspectiva do futuro, mentalizando-as que só através de estudo e da participação nas tarefas da revolução, a situação de opressão e o obscurantismo poderia ser revertida.

São, portanto, engajadas as obras precursoras da literatura infantil e juvenil.

Considera-se, entretanto, como texto fundador da literatura infantil angolana *A Caixa* de Manoel Rui.

Voltemos à situação de Angola. Numa espécie de balanço, na 6ª conferência de escritores asiáticos, Rui Nogar, Bernardo Honwana e Craveirinha concluíram:

Não se tratava para o colonialismo – como a propaganda garantia – de levar a “civilização” (entenda-se a cultura portuguesa) aos povos que dominava. Sendo este embora, o pretexto, a questão central era a destruição das culturas dessas comunidades, ou seja, da sua capacidade de se identificarem como povo. [...] Assim se pode compreender que, enquanto reprimia brutalmente as

expressões culturais do povo, a máquina de imposição dos modelos culturais da burguesia colonial era mediocrementemente eficiente fora das cidades e no exterior dos extratos sujeitos ao processo de assimilação. Para a maioria esmagadora do povo, a cultura imposta pelo colonizador identificava-se, por um lado, com a negação violenta da sua própria e, por outro, com o chicote e a palmatória, com o imposto e o trabalho forçado. (HONWANA; CRAVEIRINHA; NOGAR, 1979, p.70)

Por outro lado: o nacionalismo está presente e de forma pulsante, pela própria condição histórica, nas literaturas emergentes, com abordagens estéticas absolutamente criativas, voltadas para a conscientização da necessidade de manutenção de valores culturais, em que um dos mais caros é justamente a literatura oral.

Como parte integrante e fundamental da cultura [...], a literatura oral, feita de contos, fábulas, sagas e simples narrativas, vai-se desenvolvendo e alterando consoante a evolução das condições sociais e das circunstâncias locais que influenciam a interpretação da realidade. Outra forma que devemos incluir na literatura oral, são os provérbios, tão numerosos e de uma tal força crítica que, para qualquer falha de comportamento se encontra um provérbio corretamente aplicável, segundo o código ético estabelecido. A nossa preocupação é que, num país em que o colonialismo deixou mais de 90% de analfabetos, a tradição da literatura oral, para além do seu valor

intrínseco como forma oral se mantenha, acompanhando a transformação política e social em curso e as histórias continuem a serem contadas, lá onde antigamente se contavam e ainda se contam, e sejam narradas também nas aldeias comunais, nas fábricas, nas escolas. (HONWANA; CRAVEIRINHA; NOGAR, 1979 1979,p. 72)

De fato, a oralidade está muito presente nas obras como forma de atrair a atenção das crianças pela linguagem e alguns contos são inspirados na oratura, a fim de introduzi-las na cultura tradicional. Aparecem personagens que são figuras míticas, como a sereia kianda, a deusa das águas, os gingongos (gémeos, tidos como pessoas sobrenaturais) e também os seres inanimados da natureza que falam, sentem e se emocionam como os humanos. Os autores identificam-se bastante com o seu meio, a terra de origem. Uma terra marcada por águas misteriosas de mares, rios e lagos, cujos habitantes se apegam a mitos e crenças, particularmente o feitiço e a superstição.

Embora esta consciência, ainda não se fala em literatura infantil e juvenil. É Samora Machel, presidente de Moçambique, que sintetiza assim em entrevista ao jornal brasileiro *Pasquim*, em 1979:

Alguns não gostaram de cortar o cordão umbilical com o colonialismo. O padraço se foi. Como ficamos agora? Estavam

habitados a que alguém os “protegesse”. Sentiram-se órfãos com a independência real que conquistamos. [...]

Essa foi a educação do colonialismo: fazer-nos aceitar sua música, sua história, seu passado, como nossa música, nossa história, nosso passado. [...]

Os meninos negros são sabiam desenhar os negros. Só aprendiam a desenhar meninos brancos. (MACHEL, 1979, p. 2)

Essas são marcas de que não se pode desfazer. Mesmo antes da independência já havia essa consciência de que “os meninos negros são sabiam desenhar os negros. Só aprendiam a desenhar meninos brancos”. Ou seja, já se ressentiam da necessidade de falar às crianças e adolescentes para além da oralitura, que, procurando reger a sociedade, passava de geração em geração.

É Celestina Fernandes, em seu excelente estudo sobre o “Surgimento e desenvolvimento da literatura Pós-Independência” da literatura infantojuvenil e uma grande escritora de literatura infanto-juvenil, que vai ao discurso de Agostinho Neto, porque ele serviria de bússola para a forma como devia ser encarada e tratada em Angola a cultura nacional, em particular a literatura:

[...] No passado, a nossa literatura mergulhou profundamente na cultura europeia - era mesmo uma parte da literatura da Europa

- cujas correntes foram seguidas e uma das suas línguas utilizadas como único meio de expressão [...]

Hoje, a nossa cultura tem de ser reflectida tal como ela é, sem deformações, sendo ela própria o motivador da literatura [...]

[...] Quero dizer que esta União de Escritores é chamada a desempenhar um papel importante na nossa Revolução [...] (apud FERNANDES, 2018)

Ora, não se pode esquecer que na década de 60, todas as instituições democráticas, no início da luta armada, foram destruídas, inclusive as editoras Bailundo e Imbondeiro. Por isso, a União dos Escritores de Angola é chamada por Agostinho Neto e, dentro do período de euforia da independência, tornou-se editora e publicou obras importantes, como *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier* (1974), de Luandino Vieira, que retrata a luta contra o capitalismo e o colonialismo. Esse movimento pela literatura angolana e a UEA, sob as diretrizes de Agostinho Neto é absolutamente consciente, uma vez que a alfabetização era importante objetivo no regime socialista. E, é exatamente por esse viés que se chega, já na década de 80, à literatura infantil angolana:

“Integravam o grupo de pioneiros: Dario de Melo, Cremilda Lima, Zaida Dáskalos, Octaviano Correia, Maria Eugénia Neto,

Gabriela Antunes, Rosalina Pombal. Numa primeira fase, os desbravadores começaram por publicar os contos na página infantil dominical do Jornal de Angola e a fazê-los passar em programas infantis da Rádio Nacional. Mais tarde o Instituto Nacional do Livro e do Disco-INALD, actualmente INIC-Instituto Nacional das Indústrias Culturais, órgão afecto ao Ministério da Cultura, procedeu à recolha e ilustração dos textos e editou. Assim nasceu a colecção Piô-Piô com doze títulos, seguida da colecção Miruí. Entre os títulos destacamos: Quem vai buscar o futuro?, A raposa e a perdiz, Lutchila, A trepadeira que queria chegar ao céu, O pequeno elefante e o crocodilo, A amizade do leão não se faz com traição, A águia, a rola, as galinhas e os 50 lwei, Kibala, o rei Leão, O Tambarino dourado, O maboque mágico, O pato que não sabia nadar. «ANGOLA | A literatura infantil em Angola». (FERNANDES, 2018)

Data de 1977, em dezembro, no dia do Pioneiro Angolano, a edição do primeiro livro infantil angolano pós-independência: *A caixa*, de Manoel Rui.

Trata da história de Kito, uma criança que foge da guerra da Quibala, localidade do kuanza-Sul, após a perda do pai, e se refugia em Luanda com a mãe, indo viver numa zona suburbana.

“[...] Nunca contou mesmo a estória da guerra na Quibala. Quem lhe matou o pai e depois fugiu com a mãe até aqui em Luanda” (RUI, 1977, p. 8).

Em Luanda, Kito encontra outras crianças e com elas se diverte a recuperar da cooperativa caixas de cartão vazias, idealizando com elas meios de transporte que manobram, tais como caminhão, machimbombo, comboio e, quando um dia Kito descobriu o mar, para ele a caixa também podia ser barco e mar. «É um maximbombo. É um barco. É o mar» (RUI, 1977, p. 16).

Ao que outra criança contraria “...não pode ficar tanta coisa duma vez. E o mar nunca pode ser uma caixa porque o mar não acaba. É tão grande como o céu” (RUI, 1977, p. 16) O drama da guerra da Quibala, a mãe recorda constantemente a Kito “[...] você não sai, lembra-te, tiros da Quibala, fugi contigo no colo” (RUI, 1977, p. 12), foi aliviado pelas manifestações de solidariedade, amizade, amor que ele recebeu das crianças que encontrou em Luanda.

Com elas Kito foi perdendo aos poucos a timidez, e até aulas de política recebeu, pois ensinaram-lhe palavras de ordem, falaram-lhe das Forças Armadas de Libertação Nacional (FAPLA), da bandeira nacional e do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

“A Vitória é Certa!”, “No fim os outros gritaram: - É certa! - Kito, fala também - disse a Lisete. - É certa” (RUI, 1977, p. 4).

O tema central da obra de Manuel Rui é a segunda guerra civil, os aspectos sócio-políticos da época, mas também o amor e a solidariedade na obra para crianças em Angola, logo após a independência.

Ao lado de Manuel Rui e de Maria Eugênia Neto, coloca-se o nome de Maria Celestina Fernandes com *A borboleta cor de ouro*, obra de estreia no mundo das letras, embora já tivesse trabalhos publicados em páginas de jornais desde a década de 80.

O enredo traz a história da borboleta dourada, que resplandecia todos os lugares por onde passava

um jovem, assim como a maioria dos jovens em kimba, não segue o exemplo dos mais velhos, está em situação de aprendizagem, porém, nem sempre é possível uma segunda chance. [...] o jovem garoto engana e prende a borboleta, mas as consequências dessa captura o marcam para toda a vida. (apud FERNANDES, 2018)

A borboleta, que era muito amável e adorava estar entre as pessoas, nem sequer lhe passou pela cabeça as más intenções do rapazito e logo foi descendo sempre cantando e dançando. “[...] Tão distraídos se encontravam que ninguém reparou na armadilha que estava preparadinha para apanhar a borboleta e, no preciso momento em que ela poisou no terreno, zás, o rapaz lançou a rede e aprisionou-a” (apud FERNANDES, 1990, p. 2939).

O jovem, deste modo, atrai para si a cegueira pela ausência do sol, visto que este é o padrinho de tal borboleta, o Rei Sol, símbolo da razão e da coerência. A voz do Rei Sol soou por toda a sanzala:

– Eu sou o Rei Sol. Dou vida e calor por onde quer que passe. A minha afilhada, a princesinha borboleta recebeu de mim o dom de alegrar e iluminar os corações dos mais necessitados. Tu, jovem ambicioso, pela tua ganância quiseste destruir a minha tarefa. Recairá sobre ti a maldição. Daqui por diante nunca mais terás a felicidade de ver a luz que irradio. Cego ficarás para todo o sempre. (apud FERNANDES, 2018, p. 32)

E o conto termina com a moral que dizendo: “a maldição desmedida leva muitas vezes à desgraça” (apud FERNANDES, 2018, p. 33). Ou seja, a imprudência juvenil unida à audácia de querer interferir na natureza foi capaz de trazer para a vida a angústia da perda. Deste modo, depreende-se que o homem que desafia a natureza está fadado a ser castigado, já que a natureza é a mãe.

Maria Celestina Fernandes recupera em suas narrativas infantis, um modelo cultural que já faz parte de Angola e que, ainda que tenha sofrido diversas intervenções da ideologia dominante, continua viva no imaginário simbólico popular, como marcas de resistência e de luta.

Esse livro e outros dela – a principal escritora de literatura infantojuvenil angolana, e responsável pela própria historiografia infantojuvenil naquele país. Atualmente, a autora conta com uma vasta obra em prosa e poesia, algumas traduzidas e premiadas. O livro *A árvore dos gingongos* faz parte dos onze clássicos da literatura infantil angolana e no Brasil a edição feita pela DCL foi distinguida com o Diploma Altamente Recomendável da Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil.

Segundo Fernandes, um fato a destacar é que, no início dos anos oitenta, surge o programa Rádio-Pio e no Jornal de Angola, uma página Suplemento Infantil, com o objetivo de difundir histórias angolanas, pelo que se tornava imperioso haver quem as escrevesse. Deste modo, a partir de um núcleo de funcionários do Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD), órgão adstrito à então Secretaria de Estado da Educação e Cultura, surgiram os escritores de literatura infantil Dário de Melo, Octaviano Correia, Gabriela Antunes, Rosalina Pombal e Cremilda de Lima. A maioria desses escritores estava ligada ao ensino e grande parte dos contos escritos começou por adaptação de contos tradicionais.

No período de 1982 a 1983, a divulgação de contos infantis estendeu-se à revista de televisão TVeja, por

intermédio dos escritores Dário de Melo e Octaviano Correia que, na altura, faziam parte da redação do periódico.

Dario de Melo afirma:

Fenómeno interessante é que uma parte dos nossos ouvintes, grande parte daqueles que escreviam para nós e que conosco tentavam colaborar enviando-nos estórias, contos tradicionais e adivinhas, eram jovens a prestar serviço militar; [...] Maravilhados de terem descoberto que aquilo que tinham ouvido nos seus quimbos (estórias, adivinhas, etc.) tinha interesse, uma utilidade, para além das portas de suas casas. Porque o programa tinha um interesse muito forte no que diz respeito às realidades presentes e passadas do país [...]. (DIAS, 2015)

Afirma também que está assistindo com o passar dos anos “a uma redução cada vez maior de livros infantis angolanos no mercado e com ela a perda dos hábitos de leitura que estavam a ser adquiridos. Como também não se tem verificado um aumento de cultores deste género como era de esperar”, diz em entrevista a Pedro Dias (2015).

A década de oitenta foi o período de maior produção literária. Mas, importa referir que a Segunda Guerra Colonial que eclodiu logo após a proclamação da independência prosseguiu, e, em consequência, novos fenômenos foram acontecendo e expandindo-se por toda Angola, tais como

o aumento dos deslocados de guerra e de crianças de rua, a “banalidade” da vida, pois a mesma podia sumir a qualquer instante e em cada esquina, à vista de gente grande e pequena.

A problemática da guerra, que abalou o país por três décadas, embora tratando-se de um tema doloroso, ocupou também espaço na literatura infantil, uma vez que a criança fazia parte do horrendo palco da guerra e em muitos casos era ela a própria protagonista.

Nos anos 1990, despontam, então, Maria Celestina Fernandes (1990) com *A borboleta Cor de Ouro*, Gabriela Antunes com *O Cubo Amarelo* (1991) e Maria João com *A Gotinha Rebolinha* (1991).

A partir de 2000, novos autores entraram para o mundo da literatura infantil. Citemos alguns: Yola Castro com *A Borboleta Colorida* (2000) e *O Menino Pescador* (2006). A escritora Yola Castro defendeu, no ano de 2015, em Luanda, um maior envolvimento da sociedade nas ações que visam promover o hábito de leitura nas escolas, famílias e comunidades, como forma de contribuir na formação do intelecto das crianças e da sociedade em geral. Podemos falar, ainda em Jonh Bela com *A Canção Mágica* (2001), Nzambi o Rei Sou Eu (2008), Ondjaki com *Yanari a Menina das Cinco Tranças* (2002), e Kanguimbo Ananás com *O Avô Sabalon* (2006).

Ynari a menina de cinco tranças, que tem muita vontade de conhecer as palavras do mundo, se passa durante a Segunda Guerra Colonial. Trata-se de uma narrativa bastante simples, como requer um livro infantil. Ynari é uma menina que gosta de passear perto de sua aldeia, ouvir os pássaros e sentar-se na margem do rio. Um dia, em um desses passeios, encontrou um pequeno homem saído do capim, um homem pequenino, que vive uma aldeia distante da sua, onde vivem muitos seres pequenos por fora e grandes por dentro, cada um com um dom mágico. Lá existe o velho muito velho que inventa as palavras e a velha muito velha que destrói as palavras.

O escritor John Bela afirma em *Angola*, publicado pela UEA em 2015, que “o número de escritores infantis não é satisfatório porque até ao momento fala-se de apenas 10 pessoas que escrevem para crianças e para um país que tem cerca de 22 milhões de habitantes não é suficiente”.

Sete anos depois é possível ler no *Jornal de Angola*, publicado em 2 abril de 2022:

As mudanças políticas, sociais e culturais, produzidas pela abertura ao multipartidarismo e à economia de mercado não foram precedidas de uma estratégia, num contexto completamente diferente, que envolvesse uma política nacional do livro, por exemplo.

Não se procurou estabelecer alguns cânones da literatura angolana, especificamente ligada aos menores, para que esta estivesse também ao serviço não da construção do «homem novo”, mas do ser moldado aos desafios da democracia, liberdade, diversidade, pluralismo e luta de ideias.

Mas vamos ainda a tempo de introduzir políticas que incidam na revitalização dos gostos de leitura, preferencialmente com autores angolanos, e neste aspecto os currículos escolares e eventualmente a Lei de Bases do Sistema de Ensino deviam contribuir para o papel que a literatura infantil tenha no Ensino.

Se as escolas maximizarem o uso da literatura infantil, nos processos de ensino e aprendizagem, obviamente que os gostos acabam por emergir e da vida infanto-juvenil para a adulta vai ser apenas uma questão de continuidade.

Ainda que os anos 2000 tivessem revelado escritores da mais alta qualidade, o segundo decênio deste século aponta para uma crise de produção, que o professor Antonio Candido chamaria de crise do sistema literário angolano. A literatura de um país supõe um movimento completo : escritor-livro-leitor. O que se observa no sistema literário angolano, em se tratando de produção literária para o jovem leitor, é a sua própria ruptura e suas consequências. A escassez ou ausência de escritores impacta e reduz a criação

literária e, conseqüentemente, impacta e reduz o público leitor. Talvez, seja importante esclarecer que a literatura feita para o jovem leitor, crianças e adolescentes, não é uma literatura menor, embora o manto de invisibilidade que nosso tempo joga sobre ela. Não está na imprensa, não está nos cursos formadores de professores, não está na escola, não está nas livrarias.

A pergunta a se fazer é quem, então, é quem forma o leitor? Se a imprensa não divulga, se os cursos não têm uma disciplina que estude esse tipo de literatura, se os professores não lêem, e se as livrarias não a coloca no seu catálogo? Traz o Jornal de Angola:

A literatura infantil já tinha ocupado, por mérito próprio, o seu espaço e galgava terrenofirme com autores e autoras, bem como leitores. Reconheçamos que, desde há algum tempo, que a literatura infantil, pelo menos comparativamente ao apogeu, pouco depois da Independência Nacional e durante a década de 80, regrediu bastante. (JORNAL DE ANGOLA, 2022, online)

E mais adiante, nesta mesma edição:

As mudanças políticas, sociais e culturais, produzidas pela abertura ao multipartidarismo e à economia de mercado não foram precedidas de uma estratégia, num contexto completamente diferente, que envolvesse uma política nacional do livro, por exemplo.

Não se procurou estabelecer alguns cânones da literatura angolana, especificamente ligada aos menores, para que esta estivesse também ao serviço não da construção do «homem novo», mas do ser moldado aos desafios da democracia, liberdade, diversidade, pluralismo e luta de ideias.

Mas vamos ainda a tempo de introduzir políticas que incidam na revitalização dos gostos de leitura, preferencialmente com autores angolanos, e neste aspecto os currículos escolares e eventualmente a Lei de Bases do Sistema de Ensino deviam contribuir para o papel que a literatura infantil tenha no Ensino. (JORNAL DE ANGOLA, 2022, online)

Maria Aline Soba, uma bibliotecária ambulante, um verdadeiro Dom Quixote feminino, realça, igualmente, a necessidade do surgimento de mais bibliotecas públicas, de mais livrarias e dos pais comprarem livros para os filhos. Isso, pelas mesmas razões que, em 2015, a escritora Yola Castro já colocara.

Evidentemente que medidas vêm sendo tomadas para reverter essa situação. E uma das mais importantes é promover o encontro de poemas e narrativas com o jovem leitor através da Feira do Livro, uma feira que promove a leitura nas comunidades. Uma verdadeira festa, onde a leitura, como quer Sartre, se faz uma verdadeira troca de liberdades.

Referências

- DIAS, Pedro. Entrevista Dario Melo. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/dario-de-melo-desolado-com-estado/2927011.html>. Acesso em 5 jun. 2022.
- ERVEDOSA, Carlos. *A literatura angolana*. Lisboa: CEI, 1963.
- FERNANDES, Maria Celestina. A voz/Aliteratura infantil em Angola. 9 ago. 2018. Disponível em: <https://www.vozdaliteratura.com/post/voz-de-crian%C3%A7a-a-literatura-infantil-em-angola>. Acesso em: 15 maio 2022.
- FERNANDES, Maria Celestina . Surgimento e desenvolvimento da literatura Pós-Independência. In: *UEAngola - Ensaios*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/301-surgimento-e-desenvolvimento-da-literatura-infantil-angolana-p%C3%B3s-independ%C3%Aancia>. Acesso em: 05 maio 2022.
- HONWANA, Luis Bernardo; CRAVEIRINHA, José; NOGAR, Rui. 6ª Conferência dos escritores Afro-Asiáticos. *Revista Africa*, v. 2 n. 6, out. / dez., 1979.
- MACHEL, Samora. Entrevist. *Jornal Pasquim*. São Paulo, p. 2-6, jun., 1979.
- MONIZ, Fábio F. S. Formação moral do pioneiro e manutenção da utopia revolucionária: A literatura infanto-juvenil angolana de engajamento, *Entre Fábulas e Alegorias*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
- NETO, Agostinho. *Sobre a Literatura*. Maputo: INALD, 1977.
- NETO, Maria Eugénia. *A Montanha do Sol*. Alverca/Ribatejo: CEBI, 1989.
- PEPETELA . *As Aventuras de Ngunga*. Luanda: UEA 2K, 1979.
- ROCHA, Edmundo. *Angola: Contribuição ao Estudo do Nacionalismo Moderno (período de 1950-1964)*. Vol. 1. Luanda, 2002. p. 80-108.
- RUI, Manoel. *A Caixa*. Luanda: Conselho Nacional de Cultura, 1977.
- SERRANO, Carlos. O Processo da Constituição dos Estados Nacionais em África, UEA, *Ensaios*, jun. 1991. Disponível em: <https://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/159-o-processo-da-constituição>. Acesso em: 5 maio 1922.

SARTRE, *Que é a literatura?* Rio de Janeiro: Vozes , 2015.

SOROMENHO, Castro. *Terra Morta*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

Jane Tutikian

Pós-doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Escritora agraciada com vários prêmios, dentre os quais: Jabuti; Erico Verissimo; Galha Azul de Literatura Brasileira; Tibicuera – Livro do ano; Prêmio Açorianos; Alejandro Jose Cabassa – União Brasileira de Escritores; Livro do Ano – categoria conto – Associação Gaúcha de Escritores; O Sul – Nacional e o Livro.

Site: <http://www.janetutikian.com.br>.

E-mail: jtutikian@terra.com.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6119609735301896>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7341-0188>.